

Artigo Original

Quem pode falar e o que pode ser dito? Estratégias de (des)legitimação em uma página feminista no *facebook*

*¿Quién puede hablar y qué se puede decir?
Estrategias de (des) legitimación en una página feminista de facebook*

*Who can speak and what can be said?
(De) legitimation strategies on a feminist facebook page*

Barbara Frare Greggianin
Joan Pujol Tarrés
Cristiano Hamann

Cristiano Hamann
Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Psicólogo e Mestre em Psicologia (PUCRS). Doutor em Psicologia Social e Institucional (UFRGS).
<https://orcid.org/0000-0002-1947-6936>
E-mail: cristiano.hamann@gmail.com

Resumo

O presente estudo investiga estratégias retóricas voltadas para a sustentação de discursos feministas em uma página do Facebook. Foi realizada uma Etnografia Virtual, metodologia por meio da qual se selecionaram publicações orientadas para três eixos temáticos, escolhidos segundo critérios de maior visibilidade das publicações: vítima/vitimização, raça/classe, aborto/religião. A análise do material permitiu identificar que diferentes posições narrativas, de auto-legitimação, de legitimação e de deslegitimação produziam-se com base em oito tipos estratégicos de retórica: conhecimento científico; status e privilégio; indignação seletiva; hierarquia; menosprezo; opinião pessoal; experiência; ironia. Em um contexto nacional de intensa estratificação, hierarquização e ressentimento político, essas retóricas apontam desafios e potências para feminismos cada vez mais voltados a formas de coalizão política.

Palavras-chave: *Discurso; Gênero; Feminismo; Redes Sociais.*

Resumen

Este artículo investiga estrategias retóricas destinadas a sostener los discursos feministas en una página de Facebook. Se realizó una Etnografía Virtual, metodología a través de la cual se seleccionaron publicaciones orientadas a tres ejes temáticos, elegidos según criterios de visibilidad de las publicaciones: víctima /victimización, raza/clase, aborto/religión. El análisis del material permitió identificar que distintas posiciones narrativas, de autolegitimación, legitimación y deslegitimación se produjeron a partir de ocho tipos estratégicos de retórica: el conocimiento científico; estatus y privi-

Barbara Frare Greggianin
Mestre em Psicologia Social, ênfase investigação, pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Coordenadora de Campo TelessaúdeRS-UFRGS.
<https://orcid.org/0000-0001-8921-9401>
E-mail: barbara.greggianin@gmail.com

Joan Pujol Tarrés
Professor pesquisador do Departamento de Psicologia Social da Universitat Atònoma de Barcelona (UAB).
<https://orcid.org/0000-0002-0462-3278>
E-mail: joan.pujol@uab.cat

legio; indignación selectiva; jerarquía; desprecio; opinión personal; experiencia; ironía. En un contexto brasileño de intensa estratificación, jerarquización y resentimiento político, estas retóricas apuntan desafíos y potencias para los feminismos que se enfocan cada vez más en formas de coalición política.

Palabras clave: *Discurso; Género; Feminismo; Redes Sociales.*

Abstract

The present study investigates rhetorical strategies aimed at sustaining feminist discourses on a Facebook page. A Virtual Ethnography was carried out, a methodology through which publications focused on three thematic axes were selected, chosen according to criteria of visibility of the publications: victim/victimization, race/class, abortion/religion. The analysis of the material made it possible to identify that different narrative positions, of self-legitimization, of legitimation and of delegitimation were produced based on eight strategic types of rhetoric: scientific knowledge; status and privilege; selective indignation; hierarchy; contempt; personal opinion; experience; irony. In the Brazilian context of intense stratification, hierarchization and political resentment, these rhetorics point to challenges and strengths for feminisms that are increasingly focused on forms of political coalition.

Keywords: *Discourse; Gender; Feminism; Social Media.*

INTRODUÇÃO

As redes sociais gestadas na *internet* têm ajudado na disseminação e na legitimação de discursos feministas, antes silenciados nos meios hegemônicos de comunicação¹. Estas têm permitido mobilizações singulares, gerando novos espaços de protagonismos de mulheres em ações políticas, como protestos contra violências vividas, favorecendo formas de divulgação e de sensibilização reconhecidas como de grande abrangência, eficácia e segurança para as reivindicações (Rodrigues & Luvizotto, 2014). Esse conjunto de possibilidades, definido por Quezia Lima (2013) como ciberfeminismo ou neofeminismo, tem o potencial de congregar diversas perspectivas e de facilitar coalizões entre pessoas com marcadores sociais diferentes (como território, nacionalidade, geração) em um mesmo espaço-tempo, auxiliando nos movimentos de torção de discursos tradicionais com vistas a contemplar maneiras outras de existir. Mais recentemente, essa forma singular de organização e de comunicação dos movimentos feministas passou a ser nomeada como quarta onda (Ribeiro et al., 2021). Esse meio digital possibilitaria agenciamentos mais rápidos e eficientes, alargando o poder da comunicação de forma potencialmente autônoma, horizontalizada e democrática, viabilizando maior popularização de suas discussões em espaços antes incipientes, bem como auxiliando no *borramento* de leituras dualistas acerca das dimensões público/privado – intensificando a partilha de temas em um plano estrategicamente coletivo.

A experiência online passa a compor as formas de comunicação dos movimentos feministas, que se expandem através de recursos de visibilidade e de coalizão como as *hashtags*, possibilitando uma comunicação cada vez mais capilarizada e independente dos meios tradicionais de comunicação (Ribeiro et al., 2021). Essas redes sociais, como espaços possíveis de luta, de construção e de contestação de significados, têm o potencial de transformar nossos repertórios de sentidos – o que engendra justamente a potência política de sua existência (Lopes, 2010). Entretanto, é importante reconhecer essa tecnologia como composição sociocultural, delineando-se tanto como ambiência de potencial dialógico, quanto como espaço possível de cristalizações monológicas – ou seja, um cenário para construção de diversos valores e interesses não necessariamente explícitos.

As redes sociais podem tanto funcionar em vista a potencializar experiências outras, quanto reiterar, dentro de um marco analítico de gênero e sexualidade, racionalidades hétero-patriarcais (Montenegro & Pujol, 2010). Na esteira dessa discussão que Richard Miskolci (2016) apresenta três aspectos das mídias digitais, referindo-se ao fato de que: elas têm o potencial de incentivar o engajamento político online (o que, não necessariamente, levaria à participação democrática, pois poderia dar ensejo para um ‘vale tudo’, devido à ausência de mediações propositivas); podem suplantam a luta por justiça em prol de vingança e de punição (o que é, particularmente, importante no contexto de desigualdades brasileiro, no qual surgem perseguições e cruzadas morais); e também que, apesar de possuírem um potencial de amplificação das vozes, as sociedades digitais direcionaram-se, até o momento, a “reproduzir a concentração em algumas pessoas que agem como nódulos privilegiados dentro de redes de informação delimitadas por interesses ou perspectivas políticas comuns” (p. 287). Esses elementos apontam que a horizontalidade técnica das redes não apagaria as relações de poder, pautadas, nesse contexto, através da reputação, do prestígio, da qualidade e da quantidade de participantes e de engajamentos (Miskolci, 2016).

Considerando as redes sociais a partir dessa perspectiva, no seu potencial dialógico e, portanto, político, faz-se importante investigar as dinâmicas em que algumas vozes são legitimadas em detrimento de outras, processo que põe em pauta espaços, narrativamente, estratégicos na composição de discursos. Essas construções sociais têm sido alvo de discussões a partir da Análise Crítica do Discurso (ACD), que se volta para reflexões em torno do campo discursivo em uma perspectiva multidisciplinar (Van Dijk, 2005). A ACD centra-se na produção de formas assimétricas de relações de poder a partir das questões discursivas, em uma perspectiva

1 Importante notar que não se desconsidera, neste estudo, a presença histórica de uma imprensa feminista brasileira (Cardoso, 2004). Ainda assim, a abrangência e a capilarização dos conteúdos veiculados e produzidos de forma online interessam – especialmente se considerarmos que as plataformas digitais oferecem um enquadre dialógico singular, de participação imediata e em larga escala.

sociocognitiva – em que se procura articular demandas sociais e políticas com a importância do estudo de aspectos da cognição social. Nesse sentido, operando um processo de defesa e de localização de determinada posição sociopolítica, a ACD procura estabelecer apreensões de uma diversidade de elementos – como ressalta Van Dijk (2005), “níveis e estruturas paraverbais, visuais, fonológicos, sintáticos, semânticos, estilísticos, retóricos, pragmáticos e interativos”. Esses diferentes níveis e estruturas constituem campos de produção das normas de cada grupo social, contendo certos princípios básicos de funcionamento de seus membros (de modo que uma ideologia, tomada enquanto emaranhado normativo, pode atuar em diferentes conjunturas).

A literatura dedicada ao estudo desse campo discursivo debruça-se, especialmente, sobre a díade legitimação-deslegitimação como, por exemplo, apresentando argumentos favoráveis a uma concepção de realidade, outorgando um caráter de naturalidade a sua própria visão, a fim de que outras percepções não sejam consideradas (Montero, 1995). Valentina Truneanu e Mariluz Domínguez (2002) destacam como exemplos de estratégias: metáforas, ênfases em pontos positivos de sua ideologia e negativos da outra, ironia e desafio ou contestação do(a) falante. Para Maritza Montero (1995), esses meios retóricos persuasivos são capazes de criar a ilusão de um caráter indiscutível das narrativas, ocultando as incoerências presentes em qualquer discurso ideológico. Truneanu e Domínguez (2002) ainda defendem que somente a legitimação interna de um grupo não garante a legitimação de um discurso, necessitando a deslegitimação do grupo contrário. Dessa maneira, definem legitimação como uma forma de exercício de poder, dando ensejo a relações de despoticização ou de resistência, o que não se faz deslocado do que consideramos como reconhecimento social.

Operar pela via do reconhecimento, em sua potência política, envolve a constatação de um campo normativo, que define e hierarquiza sujeitos em níveis de importância e de participação na sociedade (Fraser, 2007). Distintas teóricas trabalham esse conceito buscando compreender as lutas por reconhecimento nos movimentos sociais (Bressiani, 2011; Fraser, 2007; Moreira & Miyamoto, 2013), classicamente, destacando os debates realizados entre os teóricos Axel Honneth e Nancy Fraser. Honneth descreve o reconhecimento como um fenômeno recíproco, intersubjetivo e relacional – com a premissa de que é preciso reconhecer o outro para poder ser reconhecido (Moreira & Miyamoto, 2013). Para o autor, o fenômeno do reconhecimento, base das reivindicações por justiça nos movimentos sociais, consistiria em uma ferramenta potente para a compreensão das injustiças e para o exercício da alteridade (Bressiani, 2011; Moreira & Miyamoto, 2013). Entretanto, Fraser (2007) defende que o reconhecimento individual e intersubjetivo não bastaria para alterar o status de minoria de determinados grupos sociais. Para que seja possível falar em um reconhecimento recíproco é necessário que seja feito em atores em igualdade de status, sendo necessário ampliar as categorias de análise desta discussão. Dessa forma, não se poderia dissociar os debates sobre reconhecimento de discussões acerca de redistribuição econômica, reconhecimento sociocultural e representação política (Iglesias 2012), perpassando o questionamento acerca das formas de hierarquização e de marginalização de certos grupos sociais (Fraser, 2007).

Compreendendo a importância das discussões sobre o reconhecimento e a representatividade nas lutas feministas online e tendo em vista o campo analítico possibilitado pela ACD, este trabalho explora formas discursivas em uma página feminista do *Facebook*. Criado em 2004, o *Facebook* é um *website* que tem por objetivo interligar páginas de perfil de seus utilizadores, criadas pelos próprios participantes com as informações que queiram compartilhar (Correia & Moreira, 2014). O *Facebook* permite, essencialmente, três operações: publicar informações pessoais em seu perfil, conectar-se com outros perfis e/ou grupos (também chamados de páginas) e interagir com os demais utilizadores da rede – podendo essas interações ocorrerem em espaço privado através do *Messenger* ou em caráter público, no *mural/homepage* do aplicativo seja por meio de comentários escritos, seja por meio de *curtidas/likes* – ação simples de interação com o conteúdo/imagem publicada (Correia & Moreira, 2014). Para tanto, com o foco no processo dialético e retórico da sustentação de discursos em um campo de diálogo e de disputa heterogêneo, este artigo busca identificar as estratégias de legitimação e de deslegitimação presentes na página pública *Feminismo sem Demagogia-Original*. Criada em outubro de 2012, moderada por um grupo de mulheres, esse espaço online conta com a maior quantidade de *likes* identificada pela ferramenta de busca do *Facebook* através da palavra-chave Feminismo (1.069.296 *likes*) e com publicações diárias relacionadas a reflexões de gênero. Autodescreve-se como um espaço de discussão acerca do feminismo com enfoque marxista – compreendendo a luta contra o

machismo como inseparável da luta de classes – e está aberta para mulheres e homens que queiram participar como aliados, mantendo o protagonismo das mulheres (Feminismo Sem Demagogia², 2012).

MÉTODO

Esta pesquisa teve por perspectiva uma abordagem qualitativa exploratória, sendo utilizada a Etnografia Virtual (Hine, 2004) como meio de produção do material empírico. Na composição da Etnografia Virtual, centramo-nos na ideia de conectividade do campo (ou campo de relações), em que se parte de um lugar disparador a partir do qual se possa seguir conexões que vão adquirindo sentido de acordo com as relações nos cenários virtuais, possibilitando compreensões acerca da circulação de significados, objetos e identificações (Hine, 2004). Para Cristine Hine (2004) essa metodologia demanda outra percepção de espaço etnográfico (em relação a noções tradicionais na Antropologia), tomado enquanto fluxos digitais que formam redes de comunicação.

Com o propósito de explorar formações discursivas, seus processos de constituição e de torção, a atitude etnográfica desenvolvida pela primeira autora deste escrito foi seguir as rotas de possibilidade que se abriam a partir da relação com um grupo online. Durante três meses de 2016, participou como *Lurker* (Polivanov, 2013), uma observadora não intrusiva, o que consistia em observar e acompanhar todas as publicações, seus comentários e respectivas respostas – espaços em que ocorriam as discussões – seguindo também os links que levavam para outras páginas ou para sites relacionados. Na aproximação inicial, observou os tipos de publicações divulgadas e compartilhadas, os principais conteúdos debatidos e a frequência das publicações, que auxiliaram na construção de entendimentos acerca do funcionamento da página.

Participar de uma forma não intrusiva em uma página de caráter público possibilitou que a investigação fosse feita sem ser necessário pedir permissão para as participantes, nem interferir no seu desejo de participação (Estalella & Ardevol, 2007). Desse processo de incursão foram selecionadas publicações com os seguintes critérios: que contivessem discussões sobre a legitimidade de um argumento ou um sujeito para falar em nome do feminismo; que tivessem mais de 50 comentários, buscando garantir uma certa visibilidade; e que não se repetissem nas principais temáticas debatidas, buscando variabilidade de temas.

Durante o período de investigação, depois de sofrer um ataque de páginas machistas e racistas e de ter duas de suas colaboradoras expostas e ameaçadas publicamente, a página analisada foi bloqueada do *Facebook* por um mês. Nesse período, a pesquisadora principal seguiu coletando informações através de páginas feministas similares que declaravam o apoio ao grupo, de perfis pessoais, de caráter aberto, das administradoras, que começaram a usar seus perfis para manter as publicações, e por meio do uso das *hashtags* criadas para pedir o seu retorno. As publicações derivadas dos ataques que explicavam seu motivo, que cumpriam com os critérios de seleção descritos anteriormente, foram incluídas na análise.

Dessa inserção no campo etnográfico, resultaram cinco publicações que atenderam aos critérios citados acima, sendo duas referentes ao período anterior ao bloqueio, uma de durante e outras duas após o retorno da página. Estas tinham entre 50 e 380 comentários e discutiam as temáticas: vítima e vitimismo; preconceitos estruturais de classe e de raça; possibilidades de fala de sujeitos subalternos; privilégio; indignação seletiva; feminismo liberal; feminismo interseccional; aborto e religião. As publicações foram gravadas em formato ‘pdf’ e os nomes e imagens das participantes foram substituídos por cores, garantindo, assim, seu anonimato. A análise desses materiais foi realizada em dois momentos. Inicialmente, partiu de uma leitura flutuante (Mercado, 2012) que permitiu o estabelecimento de relações entre os documentos analisados, além da apropriação gradual do texto e o surgimento das unidades de análise relacionadas às principais estratégias na produção das narrativas. Posteriormente, buscou-se separar as discussões que possuíam debates relacionados com a legitimação de uma voz ou de um conteúdo e agrupá-las de acordo com a semelhança de temáticas. A partir desse processo analítico, com o intuito de qualificar as costuras teóricas, foram selecionadas as três esferas de análise e discussão mais frequentemente debatidas pelas integrantes da página nas publicações analisadas: vítima e vitimização, raça e classe, aborto e religião.

2 <https://pt-br.facebook.com/FeminismoSemDemagogiaMarxistaOriginal/>

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, foram identificados três principais tipos de posições na produção das narrativas: a autolegitimação, que reúne as estratégias utilizadas para preservar o valor da própria posição da(o) falante; a deslegitimação, reunindo as estratégias que questionam ou buscam retirar credibilidade da posição contrária; e a legitimação, que agrega as estratégias para o reconhecimento da posição de outra(o) narrativa. Esses três tipos compuseram-se por meio de oito formas estratégicas identificadas nas publicações e discutidas, neste trabalho, tendo em vista a leitura teórica de perspectiva pós-estruturalista e feminista.

Os trechos extraídos das publicações e dos comentários abaixo exemplificam as distintas estratégias identificadas. Devido à quantidade grande de comentários que compunham o corpus desta análise, o que será apresentado neste artigo são alguns fragmentos mais significativos, escolhidos tendo por critério o maior número de reações das leitoras na página. Estes fragmentos estão separados de acordo com três temáticas mais recorrentes nas discussões analisadas: a ideia de vítima e vitimização; raça e classe; aborto e religião. As estratégias identificadas estão destacadas no texto em negrito e terão sua explicação a seguir.

VÍTIMA VS VITIMIZAÇÃO

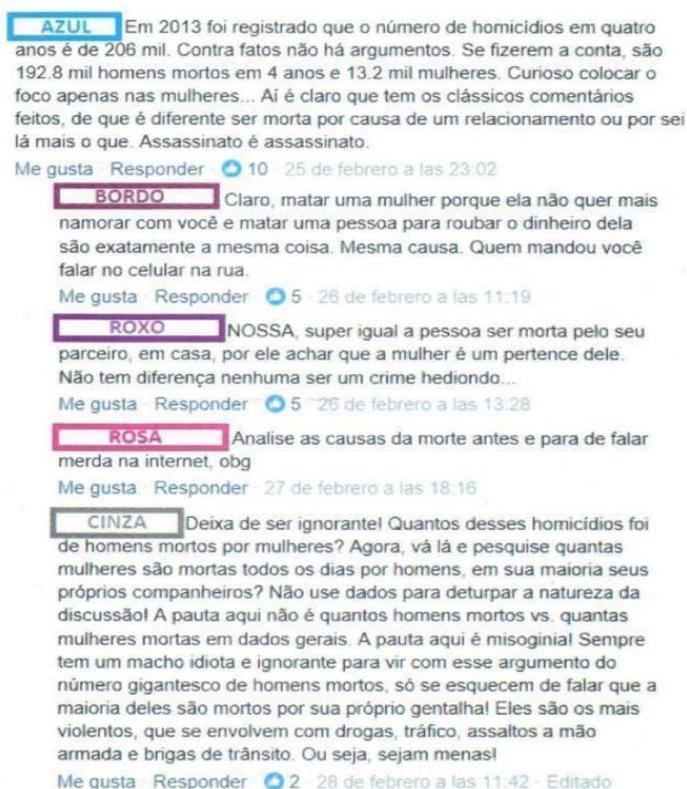
Este campo de discussão foi composto por trechos de uma publicação que crítica a fala da atriz brasileira Fernanda Torres. Caracterizada por uma grande quantidade de reações e comentários na página, a publicação é composta por um comentário da atriz que sustenta a ideia de que a vitimização das feministas a incomodaria mais do que o machismo. Ao lado esquerdo da imagem da atriz com sua fala, há um quadro com dados compilados do Dossiê Violência contra as Mulheres do Instituto Patrícia Galvão apontando o número de espancamentos, estupros e feminicídios por minuto no Brasil.

Figura 1 - Publicação da página *Feminismo Sem Demagogia*, 2016



Uma das declarações realizadas por participante da comunidade, derivada dessa discussão, é sustentada pelos dados sobre a violência contra a mulher apresentados na publicação e gera uma discussão acalorada.

Figura 2 - Discussão Vítima vs Vitimização



Na figura 2, a participante azul questiona os dados utilizados, que evidenciam somente mortes de mulheres, partindo de uma **autolegitimação por dados científicos**, os quais expõem a diferença numérica entre morte de homens e de mulheres em quatro anos, e reforça sua ideia com a frase “contra fatos não há argumentos”. Essa primeira estratégia identificada – dados ou conhecimentos científicos – parte da evocação de autores, teorias ou informações científicas para reforçar e legitimar sua posição e/ou fala, diferenciando ou segregando o discurso falso do verdadeiro respaldado pela autoridade das instituições científicas responsáveis por criar e/ou reproduzir tal discurso, conferindo um status de maior veracidade à sua posição ou argumento. Esses elementos funcionais, cabe atentar, podem ser identificados, classicamente, como operações de discurso científico (Foucault, 2014).

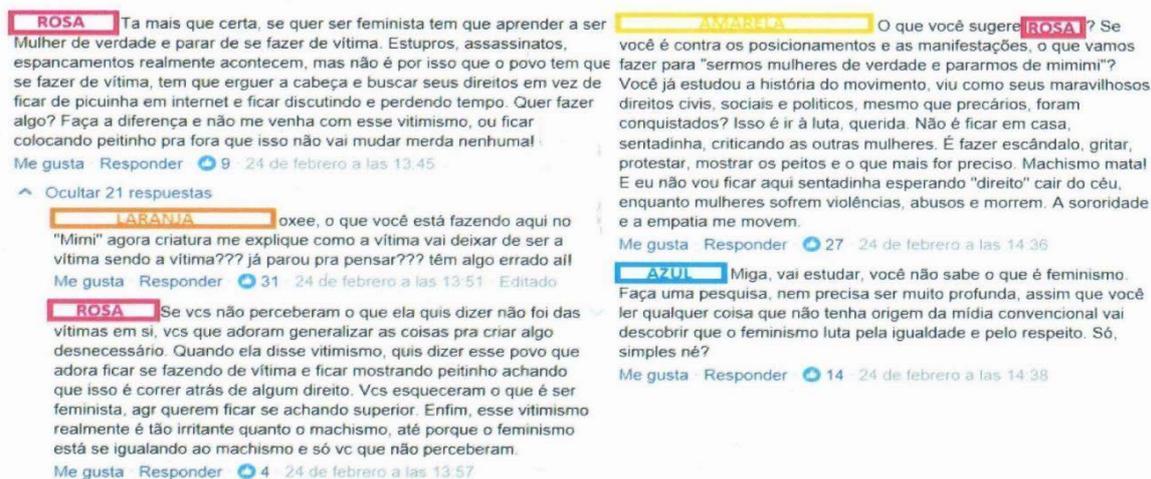
Na mesma fala, também podemos observar que a participante azul **deslegitima por menosprezo** – segunda estratégia identificada – o caráter de gênero dos assassinatos, reduzindo a importância da problemática por meio de uma torção do que indicam as próprias informações científicas, não voltadas, necessariamente, para um escrutínio de gênero como vetor analítico. Sendo assim, a força dessa estratégia está em minimizar o argumento do outro, desconsiderando ou banalizando sua validade retórica (Junqueira, 2009). Além disso, generaliza a violência, igualando o feminicídio a mortes em geral, por meio do uso da estratégia de **deslegitimação por questionamento da vulnerabilidade**. A lógica dessa estratégia afastar-se-ia de discussões feministas que compreendem a condição de vulnerabilidade como intrínseca à condição humana, possibilitando formas de coalizão que considerem as singularidades e as diferentes posições sociais, tal como descreve Cynthia Sarti (2011). Podemos ver também que a posição de azul, quando destaca que “assassinato é assassinato” não considera a exis-

tência de diferentes eixos de opressão, distanciando-se de leituras interseccionais como as elaboradas por Kimberle Crenshaw (2004)³.

As participantes bordô, roxo e rosa apresentam-nos a terceira estratégia ao **deslegitimar ironicamente** a generalização da violência usando de um tom jocoso, e, não necessariamente, confrontativo, para desmoralizar a fala da participante azul, ao defenderem sua posição com interjeições como “Claro”, “NOSSA” ou finalizando com “obg”. Ademais, atacam por via de **deslegitimação por falta de dados científicos**: “analisa as causas de morte antes, e para de falar merda na internet”. Nesse sentido, os dois grupos argumentativos (azul em oposição às outras cores) utilizam, principalmente, o campo de produção científica de modo a operar ou pela via da generalização de dados científicos, ou pela via de uma suposta falta de escrutínio científico. Para além do discurso científico como sustentáculo, chama atenção a construção que se opera enquanto extremos narrativos: se, por um lado, efetua-se uma negação de gênero como dimensão analítica (azul), por outro, elenca-se uma divisão essencializada como operador de diferenças (sob a ênfase na “gentalha”, indicada pela participante cinza).

No final, a participante cinza faz um ataque pessoal à participante azul – estratégia também identificada por Alinea Santos e José Hack (2009) como manutenção da sua posição – chamando-a de “ignorante” e deslegitimando-a por tentar modificar o foco da discussão: “A pauta aqui é a misoginia”, salientando a especificidade da violência debatida e não no seu caráter global. No final, deslegitima os homens pelo seu **status de privilégio**, vinculando-os à figura de agressor: “são os mais violentos, que se envolvem com drogas, tráfico, assaltos à mão armada e brigas de trânsito”. Essa quarta estratégia opera dentro de uma lógica de deslegitimação da posição daqueles que pertencem a categorias privilegiadas e não refletem sobre seu status de privilégio. Por vezes, essa estratégia também legitima e valoriza as vozes daquelas que sofrem diversas violências e são silenciados por pertencer a distintas categorias de opressão. Todavia, nem sempre há uma compreensão única sobre o pertencimento a certas categorias de opressão, provocando discussões acerca do questionamento da vulnerabilidade.

Figura 3 - Discussão vítima vs vitimização



3 A leitura interseccional desenvolveu-se a partir de reflexões do feminismo negro estadunidense, tendo enquanto pioneiras estudiosas como Kimberle Crenshaw e Patricia Hill Collins. Essa perspectiva propõe lançar luz sobre situações de assimetria de poder que produzem espaços de invisibilidade social. Dessa forma, diferentes eixos de opressão devem ser compreendidos como dimensões articuladas e indissociáveis, de modo que a conjugação de elementos étnico-raciais, de gênero, de sexualidade, de território, por exemplo, operariam de maneira integrada e insidiosa.

Na mesma publicação, tendo a figura 3 como recorte, a participante rosa inicia um debate declarado sobre a concepção de vítima e vitimismo. Posiciona-se a favor da atriz que iniciou o debate, dizendo que para “ser feminista tem que aprender a ser Mulher de verdade e parar de se fazer de vítima”. Em sua narrativa, há uma diferenciação entre a figura das vítimas reais, as que supostamente passam por algum sofrimento, mas não se deixam tomar por ele, daquelas que “se fazem de vítima” e utilizam das estratégias do vitimismo, como “fazer picuinha na internet” e “ficar mostrando o peitinho”. Dessa forma, ela realiza uma reinterpretação dos significados atribuídos a essa figura (Junqueira, 2009), inscrevendo vítimas como sujeitos que passam por supostas situações reais de sofrimento e **deslegitimando por menosprezo** e por **questionamento da vulnerabilidade** aquelas pessoas vitimistas, que sofrem, mas não utilizam nenhuma estratégia eficaz para transformar seu sofrimento. Nesse ponto, cria também uma estratificação das formas de protestos válidos, dignos do feminismo, **deslegitimando por hierarquização** o ativismo pela internet e outras formas de protesto, a exemplo de “ficar colocando peitinhos pra fora”, como formas de militância não capazes de modificação social. De uma forma parecida com o menosprezo, essa quinta estratégia – hierarquização – reduz a relevância de algumas temáticas em detrimento de outras, mas propõe uma estratificação entre quais temas seriam mais válidos.

Por outro lado, a participante laranja questiona a definição de vítima como um sujeito capaz de se colocar em uma situação de violação de direitos voluntariamente, reafirmando o caráter social da vulnerabilidade, além de **deslegitimar ironicamente** essa ideia. A participante amarela, ironicamente (**deslegitimação irônica**), questiona a hierarquização proposta indagando quais estratégias seriam válidas para reivindicação dos direitos das mulheres, **deslegitimando** a participante rosa **por falta de conhecimento** histórico das lutas feministas, justificando essas formas, supostamente desconsideradas, de protesto. A **deslegitimação por falta de conhecimento** é reiterada pela participante azul quando sugere à participante rosa que faça uma pesquisa antes de comentar.

Essas narrativas deixam evidenciadas a presença de questionamentos sobre papéis, funções e integridade de sujeitos diante dos mecanismos de violência social. A despeito da importância visceral desse campo de discussão, chama a atenção que os procedimentos retóricos passam a reiterar posições duais e extremadas acerca dos lugares possíveis de ocupar-se nas políticas feministas narradas: o uso de dados científicos presentes nas discussões reitera papéis concorrentes – acionados, muitas vezes, para generalizar (mortes gerais vs morte de mulheres), ao invés de singularizar a discussão; por vezes, sustenta-se uma essencialização de posições binárias (homens vs mulheres, agressores vs vítimas) como configuração política; a vítima é ora interpretada como um sujeito do seu sofrimento e da legitimidade de reivindicação de seus direitos como figura representativa da contemporaneidade, ora lida como alguém que quer se manter em uma posição vitimista.

Diversos trabalhos na literatura discutem os processos de legitimidade e a culpabilização das vítimas (Azevedo, 2013; Cardoso & Vieira, 2014; Freitas, 2015; Peixoto & Nobre, 2015). Em especial, reitera-se que a moralização social e os mecanismos de culpa expressam-se como consequências de culturas patriarcais e androcêntricas, com mecanismos (como as mídias) que produzem desmoralização e descrédito das vítimas, pondo em xeque sua integridade e buscando justificativas da agressão em atitudes, decisões e comportamentos sob a lógica do próprio agressor (Cardoso & Vieira, 2014). Aimê Peixoto e Barbara Nobre (2015) indicam, como parte desse processo, o menosprezo e o julgamento do tratamento que recebem as vítimas ao denunciar a violência sofrida, passando por dúvidas sobre a veracidade dos fatos e pela busca de imputação de uma culpa indireta sobre elas.

Na esteira dessa discussão, vemos que a vinculação das imagens de vítima ou de agressor a certos grupos sociais criaria, segundo Sarti (2011), identidades positivas (vítimas) as quais demandam alteridade, e outras, negativas (agressor), que mereceriam ser castigadas. Entretanto, como vemos nas narrativas, o processo transversal de (des)legitimação mostra-se em um complexo escrutínio que não avalia somente posições duais de vítima e agressor, mas sim produz dualidades nas próprias expressões das vítimas. Nesse sentido, pensar que a condição de vulnerabilidade é acionada frente a diferentes contextos e que possui diferentes atravessamentos e opressões (Crenshaw, 2004), bem como compreender que a vulnerabilidade humana como um fenômeno transversal não significa desconsiderar que existem vidas mais vulneráveis que outras (Butler, 2006), são caminhos para seguir pensando as funções, os significados e os valores atribuídos ao ‘sujeito vítima’.

RAÇA E CLASSE

Figura 4 - Publicação Raça e Classe - Parte 1

Falar de racismo na página feminismo sem demagogia é pedir invasão de páginas reacionárias, é pedir que as pessoas que curtem a página e são racistas manifestem-se como nunca se manifestam em nenhuma outra postagem. Os brancos entram na defensiva, vem em defesa da branquitude. Mulheres formadas e que trabalham em empregos que pagam razoavelmente bem e as vezes até acima da média, dizendo que a babá da manifestação deve ganhar melhor que ela, que quem dera elas ganhassem o que a babá ganha...Que é uma escolha ser babá e que ela está ali por que quer. Por ultimo e não menos falacioso, recorrem ao: Deixe a babá dar a opinião dela.

São raras as pessoas negras comentando, mas a quantidade de homens e mulheres brancas comentando, são expressivas. Queria reforçar isso, pois me dá vergonha alheia.

O fragmento referente à figura 4 é parte de uma das publicações que discute o racismo e seu silenciamento, partindo do caso de uma empregada doméstica que estava trabalhando durante um protesto. A imagem que deu origem à discussão é a de uma mulher negra, com uniforme branco, levando os filhos de seus chefes, brancos, que caminhavam à sua frente, vestindo camisas da seleção brasileira de futebol e conduzindo os cães da família. O protesto do qual participavam era parte de uma das manifestações a favor do impedimento da presidenta Dilma Rousseff – manifestação caracterizada pela presença de um público de elite. Segundo os dados da pesquisa popular feita pelo Instituto Datafolha (2016) durante esse protesto na cidade de São Paulo, 77% dos participantes possuíam ensino superior completo (quando a média brasileira é de 28%), 50% recebiam de 5 a 20 salários mínimos (sendo que a média é de 23% na mesma faixa) e 77% autodeclaravam-se brancos.

Figura 5 - Publicação Raça e Classe - Parte 2

Você queria estar no lugar da babá?

Deixe de hipocrisia, queria nada, e tanto não queria que vc não foi fazer aquele cursinho de babá, mas sim foi para faculdade, se formar para ter uma profissão, que se você deu uma olhada honesta na sua sala de aula, haviam poucos negros estudando, ou nenhum.

Outra prova de que nem vc e nem outras mulheres queriam estar no lugar da babá é que a esmagadora maioria das mulheres que ocupam este tipo de trabalho, provado estatisticamente, são negras, e isso é reflexo do racismo estrutural que impede que negros e brancos usufruam das mesmas oportunidade.

É uma escolha do babá estar ali?

SEU CÚ.

Se ela dissesse, por exemplo ao patrões que não queria ir na manifestação, que preferia ficar em casa, afinal ela não apoia aquela manifestação de ideológica, ou por ser pró PT ou por ser pró fora todos? Sabe qual a resposta que ela teria? Ele já deu na declaração dela "se ela não estiver feliz é livre para pedir demissão" ou seja, é uma agressão moral ela ser obrigada a participar da manifestação, e as feministas contraditórias defendendo o texto do homem, não percebem também que a obrigação dos filhos estarem juntos nada mais é do que uma forma de reafirmar a família tradicional, aliás, relembrando resquícios da escravidão, esta foto é uma pintura da continuidade dos lugares fixados pela desigualdade.

Deixe a babá dar a opinião dela;

A falácia desta frase é tão grande que dá vontade de mandar a pessoa as favas, afinal, o que aconteceria se ela viesse a público e dissesse que sentiu se mal por estar ali, numa manifestação ideológica que vai contra o que ela acredita, numa manifestação onde 92% eram pessoas brancas e da classe média, enquanto ela não é da mesma classe que eles e nem da mesma cor, onde eles estão reclamando das pequenas vitórias proletariado por dentro deste sistema capitalista, desejando que direitos sejam retirados dos trabalhadores, inclusive dela?

Alguém acha que a babá viria a público dar uma declaração que colocasse em risco o emprego dela? Deixem de hipocrisia!

Não importa a posição da babá para este debate, o que importa é que ela não deveria estar ali, já é sabido que pessoas ricas fazem questão do uniforme para ostentar que tem poder aquisitivo para manter uma empregada, e isso é uma forma de humilhar a trabalhadora sim, é uma forma de dizer que ela não é um deles, que esta ali servindo a eles.

Nojo de cada feminista liberal que vem atacar as postagens da página sem nenhum esforço para reconhecer seus privilégios e fazendo coro com seus pares homens brancos. Realmente o feminismo é uma luta diversa e o feminismo liberal não existe para as mulheres negras, existe apenas para o interesse das brancas,mas nós não somos este tipo, nosso feminismo é de genero, raça e classe.

em uma estrutura segregacionista que, segundo a participante, estabelece uma estratificação de “homem branco>mulher branca>homem negro>mulher negra”. Destaca a gravidade e a urgência da atenção às questões do feminismo negro⁵, utilizando essa **hierarquização para deslegitimar** as questões do feminismo branco liberal.

Figura 7 Discussão da Publicação Raça e Classe

AMARELA Não há de errado em expor a sua opinião a respeito do caso, o que eu queria saber é porque não conversa com a empregada então? Já que ela está sendo oprimida e tudo o mais, dê voz a ela, se ela quer denunciar os patrões, ajude-a a buscar recursos para isso. Mas se prefere ficar apenas postando e comentando o que vem à cabeça, o que isso vai mudar? Pergunte à babá como ela se sentiu estando lá, vamos ver se o que você diz é verídico.

Me gusta · Responder · 2 · 14 de marzo a las 14:23

VERMELHA vc leu o texto? Mina deixe de ser inocente e repetir o que os outros estão dizendo, se ela der uma opinião contrária dizendo que não queria estar ali seria demitida, e ele deixa claro no texto dele que se ela não estiver feliz pode pedir demissão, mas que caraio de falta de sensibilidade!

Me gusta · Responder · 21 · 14 de marzo a las 14:25

VERDE Acho que vc deveria ler o texto, a resposta está lá.

Me gusta · Responder · 8 · 14 de marzo a las 14:30

AMARELA i sim, flor. Mas ai é que mora o problema. Que eu saiba o feminismo sempre teve como um dos objetivos acolher e apoiar nós mulheres vítimas de várias coisas nesse país. Mas como saber se ela está sendo oprimida ou não se não se tenta ao menos escutar o que tem a dizer? Senão fica muito fácil interpretar uma imagem da forma como lhe convém, como aconteceu com o rapaz vestido de Aladin e o filho vestido de macaco. Fica muito fácil ver os patrões como vilões sem saber o que se passa na cabeça deles. E outra como ficam os policiais, os bombeiros e todo mundo que trabalha de segunda a segunda? Deveria-se pelo menos valorizá-los mais.

Me gusta · Responder · 14 de marzo a las 14:31

ROXA Nossaa isso mudaria toda condição da baba né!?? Acho que tocou na ferida! É difícil ser confrontada né!? Tirarem você de seu estado de conforto e ver a PORRA eu não sou o anjo angelical que veio para mudar esse mundo, só sou mais uma consequência do sistema opressor, sou o opressor. Continuem a confrontar, continuem!

Me gusta · Responder · 4 · 14 de marzo a las 15:10

Nessa etapa da discussão, a temática da representatividade é particularmente abordada. Referindo-se ao mesmo caso da empregada doméstica discutido pela página, a participante amarela questiona o motivo pelo qual pedir a opinião e deixar que a trabalhadora fale seria errado, argumentando que seria necessária a experiência de quem viveu para conferir se é verdade a declaração da página, **deslegitimando por falta de experiência e por menosprezo** a discussão da publicação. As participantes vermelha e verde, por via

5 Vertente que denuncia a necessidade de atentar para atravessamentos dos marcadores de gênero e raça onde se encontram as mulheres negras. A ausência dessa análise levaria a compreensões parciais das vivências e realidades. Essa proposição também constitui a base para o pensamento interseccional, correlacionando diferentes eixos de opressão e as possibilidades de vivências que essas encruzilhadas identitárias possibilitariam aos sujeitos (Collins, 2017).

de uma **deslegitimação irônica**, questionam se a participante amarela leu a publicação. A participante vermelha também deslegitima a amarela com um **ataque pessoal** e, através de uma **deslegitimação** sobre os conteúdos discutidos, reforçando a ideia de que se a opinião da trabalhadora fosse contrária à de seu chefe, a única coisa que poderia fazer seria pedir demissão, não sendo, supostamente, possível a “real” expressão do que pensa. A participante amarela volta a questionar a falta de importância dada à voz da trabalhadora, argumentando que se não o fizermos, corremos o risco de interpretar de formas equivocadas a situação. A participante roxa, por sua vez, deslegitima a participante amarela através da **ironia**, “nossa isso mudaria toda a condição da babá, né?”, e do **ataque à posição** e à ideologia contrária e finaliza legitimando os argumentos da página e das outras participantes, incentivando o seguimento do debate.

Ao final, a publicação define o feminismo da página como um feminismo de gênero, raça e classe. Com esse posicionamento, a página aproxima-se das demandas interseccionais (Crenshaw, 2004), que consideram a existência de diversas categorias e tipos de opressão, e se acerca das reivindicações de Fraser (2007), de paridade participativa entre todos os atores sociais para que possam ser reconhecidos em sua potencialidade política e econômica. Entretanto, essa adesão não se dá sem conflitos. As diferentes retóricas elaboradas pelas participantes, com foco para a questão da representatividade, têm presente uma percepção, por vezes, substancializada de quem pode falar sobre determinadas temáticas. Na segunda postagem, a percepção de que “feministas brancas não fazem nada pelas feministas negras” e, na terceira postagem, a ideia de que seria necessário “dar voz” à trabalhadora da fotografia para que se pudesse comprovar uma opressão indicam essa percepção – atualizando certos blocos identitários.

Essa não é, obviamente, uma discussão simples. Gayatri Spivak (2003) já defendia a ideia da representação do outro como um desafio para os feminismos, pensando nas reais possibilidades de fala de um sujeito subalterno. John Drizek e Simon Niemeyer (2008) defendem a representação discursiva como uma forma de redimir a falácia da participação de todos. Regiane Garcêz (2013), de outra forma, demonstra como a representação nas redes sociais necessita do exercício de poder das afetadas para que pudessem exercer o protagonismo de suas causas. Percepções também diferentes que indicam como, mesmo no campo acadêmico, não se trata de um consenso. Suscitam uma discussão sobre o lugar de fala e o problema da substancialização de quem pode falar nos feminismos, ou seja, da noção de que a discussão política deve ter por prerrogativa a “posse” de um atributo como determinada classe, raça, gênero. O problema residiria na torção de uma discussão dessas categorias como transversais (compreendidas dentro de uma noção de experiência como coletividade) para uma leitura neoliberal e capitalista.

Uma vez que se desloca a compreensão de lugar de fala como um lugar plural de experiência e vida situado, inserido e perpassado por um contexto social, ora de opressão, ora de privilégio, para um lugar definido, essencializado, individualiza-se e anula-se o caráter estrutural e coletivo da problemática. Essa conversão acaba por aproximar-se de uma (neo)liberalização do debate, em que, ao invés de focalizar nas instâncias estruturais e culturais, reduz-se a uma discussão sobre como garantir legitimidade a indivíduos detentores de certas características (fixas), retomando uma mercantilização dos corpos, produzindo o que Ana De Miguel (2015) chama de liberalização do movimento. Para Fraser (2017), essa aliança com o sistema hegemônico neoliberal teria como consequência uma ascensão dos indivíduos a posições de poder por meios econômicos e não por mudanças estruturais, reiterando esse modelo de sistema econômico.

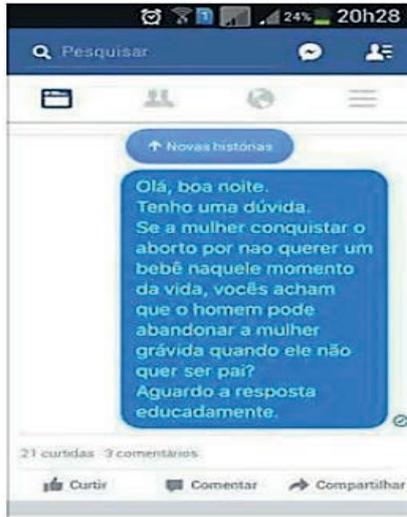
Djamila Ribeiro (2017), no livro “*O que é lugar de fala?*”, relata que, apesar de não existir uma epistemologia específica do termo lugar de fala, é um termo, tradicionalmente, utilizado pelas discussões feministas. Exemplo desse elemento seria o *feminist standpoint*, de Patricia Hill Collins, sobre diversidade, raça e pensamento decolonial ou, mais recentemente, nos debates virtuais com relação a autorizações discursivas. Ribeiro (2017) reitera ainda que lugar de fala é uma posição que se vincula a um lugar social, de classe, com relação a localização de grupos sociais nas relações desiguais de poder presentes na sociedade, e não a experiências individualizadas. Nesse sentido, lugar de fala não se restringiria apenas a ação de falar e emitir enunciações, mas de existir e ser reconhecido socialmente como sujeito.

ABORTO E RELIGIÃO

Figura 8 - Publicação Aborto e Religião - Parte 1

Falsa polêmica

Numero #4



A figura 8 é referente a uma publicação cujo núcleo do debate é o aborto. A publicação inicia a partir de uma pergunta recebida pela página na qual a participante compara o aborto com o abandono paterno: “se a mulher conquistar o aborto por não querer um bebê naquele momento da vida, vocês acham que o homem pode abandonar a mulher grávida quando ele não quer ser pai?”.

Figura 9 - Publicação Aborto e Religião - Parte 2

Esta é uma falsa polêmica. Quando o homem abandona uma mulher gestante, ele está abandonando um ser humano formado, com uma humanidade histórica já concebida, ele está deixando a mercê de passar necessidades de locomoção, de alimentação, médica e de apoio psicológico para lidar com uma etapa da vida que surgiu inesperadamente.

O homem abandonar a mulher grávida é uma covardia por que tudo que ela vai passar por estes nove meses e depois pelo resto da vida, advém de uma ação praticada por DOIS, esquivar se da responsabilidade com esta desculpa da defesa do aborto, que as feminista fazem, repito, é falsa polêmica.

O aborto quando legalizado é praticado até no máximo o quinto mês de gravidez, quando o estágio de gestação ainda não deu condições de formação das estruturas cerebrais, o que não dá ao feto consciência, logo sua humanidade, o que nos faz humanos não esta ativo, e muito menos o que nos concede a vida, que é a atividade cerebral.

Grande parte destas dúvidas refere-se a falta de uma aula ética e desprovida de sentimento religioso, tratando a embriologia como se deve, como ciência.

Então , sua resposta tá Ai...educadamente.

A página posiciona-se deslegitimando a comparação, chamando de falsa polêmica, uma vez que o abandono paterno é um abandono de “um ser humano formado, com uma humanidade histórica já concebida”, deixando a mulher sozinha durante todo o período de gestação.

Cria-se uma hierarquia, **deslegitimando por hierarquização** o abandono paterno como mais grave em termos morais que o aborto, uma vez que o aborto legal “praticado até no máximo o quinto mês de gravidez, quando o estágio de gestação ainda não deu condições de formação das estruturas cerebrais”, em que o feto não possui consciência, nem atividade cerebral, não podendo ser considerado um humano ainda – valendo-se de argumentos biomédicos como estratégia de **autolegitimação por conhecimento científico** –, não classificando o aborto como crime ou como uma atitude, moralmente, condenável. Em seguida, utiliza-se uma estratégia identificada por Truneanu & Domínguez (2002) como deslegitimação por ataque à posição oposta (ética atravessada por uma moral religiosa), legitimando a sua posição (ética como ciência), dizendo que “falta de uma aula ética e desprovida de sentimento religioso, tratando a embriologia como se deve, como ciência”. Conclui-se com uma **deslegitimação irônica** do desejo da participante para que responda “educadamente”, terminando com a mesma frase.

Figura 10 - Discussão da Publicação Aborto e Religião

AZUL Bom eu penso assim
Me gusta · Responder · 1 · Ayer a las 2:02

Ocultar 18 respuestas

AZUL Partir do momento se acaso a criança tiver alguma má formação e vir pra sofrer. Viver a base de remédios creio que poderia ser confirmado
Mais pelos mandamentos da biblia e pecado tirar a vida de um ser que não pediu para nascer
Me gusta · Responder · 2 · Ayer a las 2:03

LARANJA Bíblia aqui não colega.
Me gusta · Responder · 10 · Ayer a las 3:12

AZUL **LARANJA** sai daki ateu
Me gusta · Responder · 1 · Ayer a las 3:13

VERDE Bíblia aqui não colega 2
Me gusta · Responder · 8 · Ayer a las 3:47

VERDE Ah antes q vc fale algo, não sou atea, sou pagã. Beijou de luuz.
Me gusta · Responder · Ayer a las 3:54

AZUL **VERDE** toda se .
Me gusta · Responder · 1 · Ayer a las 4:11

ALMORITA Bíblia aqui não colega 3
Me gusta · Responder · 4 · Ayer a las 13:29

LILÁS Bíblia aqui não colega (4)
Me gusta · Responder · 3 · Ayer a las 14:42

ROXA Ela não estudou sobre ética. Tsc, tsc. Bíblia aqui não, colega.
Me gusta · Responder · 3 · Ayer a las 14:46

AZUL **ROXA** vai se fuder a opniao e minha eu digo Oq eu quero bando de putos
Me gusta · Responder · 1 · Ayer a las 14:54

AZUL Tô cagando pra vcs
Me gusta · Responder · 1 · Ayer a las 14:55

ROSA mas o cara pode abandonar uma criança, independente se nasceu ou não com alguma doença ou má formação... quantps relatos ja ouvi de abandono por causa da microcefalia, algum foi preso? como uma mulher seria caso fizesse um abortou?... pois é
Me gusta · Responder · 3 · Ayer a las 14:56

VERDE CLARA Bíblia aqui não colega
Me gusta · Responder · 3 · Ayer a las 15:14

AZUL **ROSA** colega vc não entendeu Oq eu quiz dizer lamento
Me gusta · Responder · Ayer a las 15:50

AZUL **VERDE CLARA** queime no inferno vadia
Me gusta · Responder · Ayer a las 15:50

FUCSIA Não! Isso apenas justifica o que normalmente ocorre: O abandono de mulheres grávidas . E nesses casos, ainda tacam pedras quando a mulher decide abortar. E os que não abandonam a mulher grávida são os primeiros a sugerir o aborto para se eximirem de suas responsabilidades.
Mais uma vez: Bíblia aqui não, colega!
Me gusta · Responder · 2 · Ayer a las 16:52

AZUL **FUCSIA** entao não tranzem caralho . Não sabem receber uma critica diferente que ja começam de mimimi ah va se fuder feministas do caralho
Me gusta · Responder · Ayer a las 20:37

AZUL **FUCSIA** se querem pecar e morrer no inferno problema de vcs to nem ai
Me gusta · Responder · Ayer a las 20:40

Na discussão exemplificada na figura 10, a participante azul começa posicionando-se a partir de sua experiência pessoal, lança mão de uma sétima estratégia: a **legitimação por opinião pessoal** - mantendo seu argumento como inquestionável por ser de sua propriedade e, desse jeito, distanciando-se da discussão - para defender a ideia de que o aborto poderia ocorrer se comprovada a má formação do feto

e um sofrimento crônico durante a vida. Essa estratégia não se coloca enquanto uma ferramenta dialógica, uma vez que não está aberta para discussão ou para questionamentos. Adriana Amaral & Michele Coimbra (2015), analisando o comportamento de *haters* (odiadores) nas redes sociais, discutem que é através desses mecanismos de imposição de seus discursos e ideologias de forma não dialógica que há reprodução de uma violência simbólica pelo discurso. Todavia, é dessa forma que os *haters*, nas redes sociais, adquirem popularidade, reputação, visibilidade e, portanto, capital social. Retornando na fala da participante azul, além de autolegitimar-se pela sua opinião pessoal, deslegitima o aborto através de argumentos religiosos referindo que “pelos mandamentos da bíblia é pecado tirar a vida de um ser que não pediu para nascer”. Utiliza os mandamentos religiosos como equivalentes ao uso de dados científicos para justificar a proibição (**deslegitimando por falta de conhecimento**) e, com isso, deslegitima a própria colocação inicial sobre a legalidade do aborto por má formação. As participantes laranja, verde, amarela, lilás, roxa, rosa, verde claro e fúcsia realizam uma **deslegitimação irônica** coletiva do argumento religioso, repetindo a mesma frase “Bíblia aqui não colega”.

As participantes rosa e fúcsia argumentam acerca da presença de **indignação seletiva**, visto que o abandono paterno não é tomado como crime ou como pecado, reiterando a responsabilização das mulheres. A indignação seletiva surge, então, como uma oitava estratégia de legitimação, cuja premissa é a denúncia da defesa e/ou sensibilização apenas por situações e condições específicas. A participante roxa também deslegitima a participante azul por sua **falta de conhecimento científico**. Como resposta às deslegitimações, a participante azul realiza **ataques pessoais agressivos** às outras participantes, além de reiterar sua **autolegitimação por opinião pessoal**: “essa é a minha opinião”.

Esses diferentes posicionamentos expressam tanto a existência de formas de problematização que, por vezes, reiteram o problema pela via das matrizes de gênero androcêntricas (como forma de indignação seletiva), quanto a dualidade religião/ciência. No que concerne ao fenômeno da indignação seletiva, Manuel Castells (2013) define que esta está associada à identificação com determinada injustiça relatada – o que torna mais provável que nos mobilizemos com situações pelas quais já passamos, ou que consideramos que podemos passar. Para Arthur Moreira e Albert Drummond (2015), essa estratégia não se restringe a atitudes e a comportamentos individuais, sendo bastante observada nos meios de comunicação como forma de direcionar temáticas para defender interesses ideológicos e mercadológicos. Ambas as esferas de manifestação de indignação seletiva indicam um processo usual de acomodação em figuras duais (culpado *vs* vítima) e uma dificuldade em analisar eventos em sua singularidade. Esse aspecto parece, particularmente, tensionado quando a dualidade operada está inscrita em termos religiosos. Considerando que grande parte da população brasileira identifica-se com alguma crença religiosa, permanece o desafio de encontrar formas não reativas, mas abertas para o diálogo e para a negociação (Anzaldúa, 1987).

Resgatar a pergunta inicial deste artigo após a análise do material – quem pode falar e o que pode ser dito? – permite perceber que convivem, na página, distintas formas de vinculação, de hierarquização e de estratificações políticas. Esses processos foram compreendidos, através das estratégias identificadas neste estudo, como produções discursivas dirigidas à deslegitimação, à legitimação ou à autolegitimação de posicionamentos ideológicos, conforme podemos averiguar no quadro resumo abaixo.

Estratégia	Definição	Posição narrativa
Dados ou conhecimento científico	Utilização de algum argumento científico – dados empíricos, conhecimentos acadêmicos ou figuras de autoridade – para justificar sua posição, diferenciando ou segregando o falso do verdadeiro de acordo com as instituições científicas utilizadas para criá-lo e reproduzi-lo.	Autolegitimação Deslegitimação Legitimação
Status e privilégio	Narrativa que localiza a posição social de privilégio ou de opressão.	Autolegitimação Deslegitimação Legitimação

Indignação Seletiva	Deslegitimação das manifestações de indignação seletiva, uma vez que estão vinculadas a ideias ou a experiências pessoais, não sendo capazes de se indignar com a dor ou com a injustiça de outros distintos de si, silenciando-os.	Deslegitimação
Hierarquia	Estratificação de temáticas com o intuito de priorizar umas em detrimento de outras, menosprezando ou silenciando alguns temas considerados secundários.	Deslegitimação
Menosprezo	Banalização ou redução da importância de uma problemática, subestimando seus efeitos, reinterpretando seus significados.	Deslegitimação
Opinião pessoal	Defesa da posição do sujeito ou de seu argumento com pouca dimensão dialógica e tendendo a mantê-lo como inquestionável.	Autolegitimação Deslegitimação Legitimação
Experiência	Reconhecimento do valor da experiência – com uma tendência a uma função monológica no campo da deslegitimação, ou dialógica e localizada no campo da legitimação.	Autolegitimação Deslegitimação Legitimação
Ironia	Recurso humorístico não confrontativo para desmoralizar um argumento ou uma pessoa.	Deslegitimação

REFLEXÕES FINAIS

Para além da identificação das estratégias discursivas, é importante a percepção de que elas operam como exercícios de poder nas discussões apresentadas. A seleção das temáticas (vítima vs vitimização; classe e raça; aborto e religião) não se mostra aleatória, mas sim reitera que esses espaços de discussão continuam mostrando-se nodais e estratégicos para as demandas feministas. Ao mesmo tempo em que denotam descontinuidades nos pensamentos mais monológicos (pela via do confronto, majoritariamente), indicam potentes campos de coalizão política. Certamente, um desafio já discutido por pesquisadoras feministas como Judith Butler e Gayatri Spivak no que se refere ao diálogo, à escuta e ao reconhecimento de vidas em posições de vulnerabilidade e/ou subalternidade. Entretanto, cabe atentar para a necessidade, muito expressa no atual panorama político brasileiro, de que as problemáticas relacionadas às possibilidades de coalizão política sejam vistas na singularidade nacional. Nesse sentido, a página em análise possibilita um território de discussão profícuo e intenso, mostrando as contradições e as disputas em diferentes marcos feministas com os desafios e as potências de construir-se com e apesar das diferenças.

Como problemáticas transversais aos mecanismos retóricos analisados, vemos que as manifestações de dualidade, tradicionalmente reconhecidas sob a forma de identidades positivas e negativas (vítima e agressor; culpado e vítima), manifestam-se de maneira mais pulverizada (vítima e vitimismo), demonstrando que um dos desafios atuais é o exercício de reconhecimento e de legitimidade interno aos próprios feminismos. Além disso, a presença de leituras acerca do lugar de fala como visão substancializada dos problemas sociais (raça, gênero e classe como atributos naturalizados e não como campos de produção coletivos) acabam por dificultar um processo de reconhecimento e acolhimento mais ativo dessas, e de outras, diferenças. Destaca-se o risco da visão essencializada de lugar de fala aliar-se a posicionamentos neoliberais e desinvestir de discussões e ações estruturais – que afetam, particularmente, aquelas atravessadas por diferentes marcadores sociais. Dentro desse mesmo espectro analítico, a indignação seletiva aparece como um terceiro grande desafio, já que demonstra a mesma tendência aos extremos absolutos e à responsabilização unilateral das problemáticas sociais discutidas.

Ao passo que essas problemáticas são reconhecidas na análise operada, o processo possibilitado na página demonstra como, nas práticas narrativas em espaços digitais, pode-se contemplar distintas

maneiras de ser sujeito dos feminismos, assim como distintas formas de operar violências. Nesse sentido, os debates acerca da importância política dos feminismos estavam, geralmente, acompanhados de uma discussão sobre o que é, afinal, feminismo, quais são os comportamentos dignos de feministas e quem são os sujeitos a serem investidos. De toda a forma, compreendendo os feminismos como lutas plurais, a administração da página considerava importante o apoio entre as distintas vertentes do movimento para lutar contra temas comuns e relevantes a todas. Nesse ponto, o esforço consistiria em reconhecer e legitimar os feminismos em suas singularidades e de forma equânime, compreendendo que é justo na pluralidade e na possibilidade de constantes transformações que reside a potência do movimento.

Referente à questão da representatividade, sobre quem pode falar, percebe-se a importância da reflexividade de um sujeito em relação a sua experiência, seja de opressão, seja de privilégio. Falar a partir de uma posição reflexiva, que percebe sua condição na sociedade, auxilia-nos e incentiva-nos a questionar os próprios privilégios, além de permitir refletirmos acerca do mundo com base em uma perspectiva crítica, aberta e em constantes transformações. Atentar para as estratégias retóricas permite-nos analisar as lutas por reconhecimento de ideais, ou de vozes, através das relações de persuasão e de combate. Ao falar de legitimidade, põe-se em pauta como atores em equidade de participação reconhecem-se mutuamente e como as normas de reconhecimento atuam nesses espaços.

Nesse sentido, é crucial aprofundar o estudo e a discussão sobre as normas sociais que hierarquizam formas de vida e instauram visões estereotipadas de quais são dignas de existência, como aponta Butler (2006), o que envolve trazer à baila as singularidades geopolíticas do Brasil. Diante, portanto, dos riscos de essencialização identitária que não levam em consideração distintas categorias de opressão, acionadas em determinados contextos, sobre determinados corpos (Crenshaw, 2004), temos espaços de discussão que suscitam o desafio de encontrar formas não reativas, mas ativas (Anzaldúa, 1987), de negociação.

REFERÊNCIAS

- Amaral, Adriana & Coimbra, Michele (2015). Expressões de ódio nos sites de redes sociais: o universo dos haters no caso #eunãomereçoserestuprada. *Revista Contemporânea comunicação e cultura*, 13(01), 294-310.
- Anzaldúa, Glória (1987). La conciencia de la mestiza. In *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza* (pp. 720-737). Aunt Lute Books.
- Azevedo, Leticia Rodrigues (2013). Diálogos sobre a noção de vítima e construção da identidade. *Interface* (Botucatu), 17(46), 515-522.
- Bressiani, Nathalie (2011). Redistribuição e Reconhecimento - Nancy Fraser: Entre Jürgen Habermas e Axel Honneth. *Caderno CRH*, Salvador, 24(62), 331-352.
- Butler, Judith (2006). *Vidas precárias: el poder del duelo y la violencia*. Paidós.
- Cardoso, Elizabeth (2004). Imprensa feminista brasileira pós-1974. *Revista Estudos Feministas*, 12 (1), 37-55. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300004>
- Cardoso, Isabel C. Barros & Vieira, Viviane (2014). A mídia na culpabilização da vítima de violência sexual: o discurso de notícias sobre estupro em jornais eletrônicos. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, 7(1), 69-85.
- Castells, Manuel (2013). Abertura: Articular mentes, criar significado, contestar o poder. In *Redes de indagação e de esperança: movimentos sociais na era da Internet* (pp. 9-28). Zahar.
- Collins, Patricia Hill (2017). Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, 5(1). <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559/50>
- Correia, Pedro Miguel A. R. & Moreira, Maria F. Rafael (2014). Novas formas de comunicação: história do Facebook – Uma história necessariamente breve. *Revista ALCEU*, 28(1), 168-187
- Crenshaw, Kimberle (2004). *Cruzamento: raça e gênero*. Unifem, 7-16.
- https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf
- De Miguel, Ana (2015). Neoliberalismo sexual. El mito de la libre elección. Cátedra.
- Drizek, John & Niemeyer, Simon (2008). Discursive Representation. *American Political Science Review*, 102(4), 481- 493.
- Estallela, Adolfo (2007). Ética de campo: hacia una ética situada para la investigación etnográfica de internet. *Forum: Qualitative Social Research*, 8(3). <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs070328>
- Feminismo Sem Demagogia (2012). Informação de la página [*Actualizaciones Facebook*].

- Fraser, Nancy (2007). Reconhecimento sem ética? *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 70, 101-138.
- Fraser, Nancy (2017). “El final del neoliberalismo progresista”, ctxt. *Revista Contexto*, 101. <https://ctxt.es/es/20170125/Firmas/10572/Neoliberalismo-progresista-democratas-Hillary-Clinton-Nancy-Fraser.htm>
- Freitas, Kamila K. N. (2015). A Pornografia de Vingança e a culpabilização das vítimas pela mídia. In *Anais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*. <https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2015/resumos/R47-2316-1.pdf>
- Foucault, Michel (2014). *A Ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970 (Almeida Sampaio, L. F., trad.). Edições Loyola.
- Garcêz, Regiane Lucas (2013). A Representação Política dos oprimidos nas Redes Sociais *Online*: Quem fala em nome de quem e com qual legitimidade? *Revista Contemporânea: comunicação e cultura*, 11(2), 304-321.
- Hine, Cristine (2004). *Etnografia virtual*. Editora UOC, 210.
- Iglesias, Clara (2012). Justicia como redistribución, reconocimiento y representación: Las reconciliaciones de Nancy Fraser. *Investigaciones Feministas*, 3(1), 251-269.
- Instituto de Pesquisa Datafolha (2016). *Perfil e opinião do protesto de 13.03 na Avenida Paulista*. Autor.
- Junqueira, Rogerio Diniz (2009). “Aqui não temos gays nem lésbicas”: estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. *Revista Bagoas*, 9(2), 171-189.
- Lima, Quezia dos Santos (2013). Blogueiras Feministas e o discurso de divulgação do feminismo no ciberespaço. In *Anais do VI Seminário de estudos em análise do discurso: 1983 - 2013 – Michel Pécheux: 30 anos de uma presença*. UFRGS. <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/6SEAD/SIM-POSIOS/BlogueirasFeministasEODiscurso.pdf>
- Lopes, Luiz Paulo M. (2010). Os novos letramentos digitais como lugares de construção de ativismo político sobre sexualidade e gênero. *Trabalho Linguístico Aplicado*, 49(2), 393-417.
- Manzano-Zambruno, Laura (2019). “I’m a bad feminist’: El feminismo liberal en el discurso de Madonna en los Women in Music 2016 de Billboard”. *Lectora*, 25(1), 307-327.
- Mercado, Luis Paulo L. (2012). Pesquisa Qualitativa on-line utilizando a Etnografia Virtual. *Revista Teias*, 13(30), 169-183.
- Miskolsi, Richard (2016). Sociologia Digital: notas sobre a pesquisa na era da conectividade. *Revista Contemporânea*, Dossiê Sociologia Digital, 6(2), UFSCar. <https://doi.editoracubo.com.br/10.4322/2316-1329.014>
- Montenegro, Marisela & Pujol, Joan (2010). Nuevas tecnologías y agenciamiento juvenil: aproximación desde el ciberfeminismo. *Revista de Estudios de Juventud*, 89(1), 221-234.
- Montero, Maritza (1995). Estratégias discursivas ideológicas. In Silvia M. Lane & Bader Sawaia (Orgs.), *Novas veredas da Psicologia Social* (pp. 83-96). Brasiliense; EDUC.

- Moreira, Arthur Lara & Drummond, Albert (2015). Indignação Seletiva – como a imprensa escolhe e provoca as sensações do grande público: uma análise do filme O Quarto Poder. *Revista do Instituto de Ciências Humanas*, 9(11), 113-115.
- Moreira, Nelson Camata & Miyamoto, Yumi Maria Helena (2013). Teoria da redistribuição e do reconhecimento de Nancy Fraser: aplicabilidade e concretude nos 25 anos do (neo)constitucionalismo brasileiro na perspectiva do gênero. In *Filosofia do Direito* (1a ed., pp. 422-450). FUNDAB.
- Peixoto, Aimê F. & Nobre, Barbara Paula R. (2015). Responsabilização da mulher vítima de estupro. *Revista Transgressões: ciências sociais em debate*, 3(1), 227-239.
- Polivanov, Beatriz Brandão (2013). Etnografia Virtual, Netnografia ou apenas Etnografia? Implicações e Conceitos. *Esferas*, 2(3), 61-71.
- Ribeiro, Djamila (2017). O que é lugar de fala? Letramento.
- Ribeiro, D., Nogueira, C., & Magalhães, S. I. (2021). As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. *Sul-Sul - Revista De Ciências Humanas E Sociais*, 1(03), 57-76.
- Rodrigues, Laís Modelli & Luvizotto, Caroline K. (2014). Feminismo na *Internet*: O caso do Coletivo Marcha Das Vadias e sua página no Facebook. *Colloquium Humanarum*, 11(nspe.), 367-375.
- Santos, Aline Renée B. & Hack, José Ricardo (2009). As marcas lingüísticas da sequência argumentativa no gênero artigo de opinião. In *Anais do XIX Seminário do CELLIP*.
- Sarti, Cynthia (2011). A vítima como figura contemporânea. *Caderno CRH*, 24(61), 51-61. <https://hack.prof.ufsc.br/wp-content/uploads/2010/01/Cellip2009.pdf>
- Spivak, Gayatri C. (2003). ¿Puede hablar el subalterno? *Revista Colombiana de Antropología*, 39(1), 297-364.
- Truneanu, Valentina & Domínguez, Mariluz (2002). Estrategias de legitimación y deslegitimación en el discurso religioso. *Revista Lingua Americana*, 10(1), 5-23.
- Van Dijk, Teun (2005). Política, Ideología y Discurso. *Quórum Académico*, 2(2), 15-47.

Histórico *Submissão: 26/12/2020*
Revisão: 16/06/2021
Aceite: 18/06/2021

Contribuição dos Autores *Concepção: VS; DI*
Coleta de dados: VS
Análise de dados: VS; DI
Elaboração do manuscrito: VS; DI
Revisões críticas de conteúdo intelectual importante: VS; DI
Aprovação final do manuscrito: VS; DI

Financiamento *Não houve financiamento*

Consentimento de uso de imagem *Não se aplica.*

Aprovação, ética e consentimento *Não se aplica*